



# AEPET

## NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 347- Maio / 2008

IMPRESSO ESPECIAL  
CONT. Nº 9912179595  
ECT/DR/RJ  
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

## ESTRANHA HIERARQUIA

**Campo de petróleo "Carioca-Pão de Açúcar" e a reserva Raposa Serra do Sol: Dois acontecimentos de repercussão nacional, sobre os quais o Governo Federal tratou de forma díspare.**

O mês de abril foi marcado por diversos acontecimentos de grande repercussão nacional e internacional, entre eles, as declarações "irresponsáveis" do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, e os conflitos na área demarcada Raposa Serra do Sol, em Roraima, que levaram militares brasileiros a reafirmarem suas preocupações com as contendas e os riscos à soberania nacional, não só na região em debate, como por toda a cobiçada Amazônia brasileira. O tratamento diferenciado do Governo Federal sobre essas questões preocupou a sociedade brasileira.

Os temas em debate giraram em torno de duas "Amazônias" – a verde e a azul –, como estão sendo chamadas por estudiosos (civis e militares), no intuito de sistematizar e proporcionar uma visão global de suas importâncias estratégicas para o futuro do País. A "Amazônia Verde" já é bem conhecida da maioria do povo brasileiro, sobretudo por sua riquíssima biodiversidade, imenso potencial mineral, potencial hidrelétrico, 68% de água doce do Brasil, maior banco genético do mundo, e muito mais. Já a "Amazônia Azul",



ainda desconhecida da sociedade brasileira, tem a ver com as imensas riquezas no mar territorial brasileiro, das quais destaca-se no momento o petróleo, graças ao trabalho dos técnicos da Petrobrás.

São questões que desafiam o Governo Federal: rever a Lei do Petróleo 9478/97, a Lei das Florestas e reaparelhar as nossas Forças Armadas. Do trato soberano e inteligente desses desafios depende a defesa dos interesses nacionais em ambos os setores. O País precisa de energia para se desenvolver e resolver questões cruciais para o nosso povo. Garantir a defesa da integridade territorial, preservar as 146 plataformas petrolíferas espalhadas pela costa brasileira, garantir a soberania do País sobre as atuais e futuras promissoras áreas petrolíferas, bem como dissuadir pretensões

estrangeiras sobre a Amazônia brasileira.

**"Falando pelos cotovelos"**, o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, em evento do setor petrolífero, no dia 14/04, disse que a Petrobrás descobriu o terceiro maior campo petrolífero do mundo, o campo Carioca-Pão de Açúcar, na Bacia de Santos. Resultado: no mesmo dia, conforme foi noticiado pela imprensa, as ações ordinárias da Petrobrás valorizaram 7,67%, os ADRs – ações da estatal negociadas em Nova Iorque – subiram 8,27%. Em Londres, os papéis do BG Group, que detém 30% de participação no campo Carioca-Pão de Açúcar, alcançaram 5,4%. As ações da Repsol, também sócia da Petrobrás no referido campo, com 25%, subiram 9,28%, na Bolsa de Madri e 17% em Nova Iorque. As ações de outra parceira da Petrobrás, a Galp, em Por-

tugal, subiram 7,9%. Como o posicionamento do diretor da ANP é muito afinado com o do presidente da Repsol (e do IBP) é preciso investigar se houve ganho especulativo no mercado internacional, em função da declarações de Haroldo Lima, mormente com as ações daquela companhia.

O diretor-geral da ANP, tendo em vista a repercussão de suas desastradas declarações, passou a responder diversas indagações proferidas por parlamentares, por especialistas, pela imprensa, entre outras. No rol das respostas, Lima disse que suas declarações foram baseadas em informações provenientes da revista estadunidense "World Oil", de Houston, Texas. E ressaltou: "Se os setores especializados dos Estados Unidos já tinham acesso às informações, não havia por que os brasileiros não saberem...".

Continua na pág. 03

## ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)  
Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

## OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET:  
[www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)



## AMEAÇAS REAIS

### Editorial

Comentando as repercussões da palestra do Comandante Militar da Amazônia, General de Exército Heleno Ribeiro Pereira, o ministro da Justiça, Tarso Genro, surpreendeu a todos quando qualificou de mito a tese sobre risco à soberania do País na questão da Amazônia. Mas o ministro esquece das notórias manifestações de cobiça sobre a Amazônia proferidas por líderes de nações estrangeiras, como Al Gore, Gorbachov, Margaret Thatcher, entre outros. Ou seja, não constituem mitos, são reais. Junto com as ONGs que atuam na região, sem o devido controle do Estado brasileiro, trabalham para criar reservas indígenas na pretensão de transformá-las em "nações Independentes". Por uma grande "coincidência", essa é uma região riquíssima em minerais estratégicos, biodiversidade, água doce, sol e terras, que podem gerar uma grande quantidade de energia da biomassa (a Amazônia tem 68% da água doce do país). No vibrante ato público de lançamento do Movimento Nacional em Defesa da Amazônia, no dia 28/04, na ABI, diversas lideranças de entidades da sociedade brasileira (de civis e militares) e especialistas na questão da Amazônia, foram unânimes em reafirmar as diversas ameaças reais sobre aquela rica região. Foi destacada, entre outras, a assinatura da Declaração Universal dos Povos Indígenas, por diplomatas brasileiros, em 2007, na ONU. Tal documento prevê, entre outros, que os povos indígenas têm direito à autodeterminação cultural e territorial. Esse texto, se aprovado pelo nosso Congresso Nacional, representará uma ameaça real à soberania do Brasil. As lideranças agendaram mobilizações para que esse ato "diplomático" não seja aprovado. Há que se defender os índios, mas não em detrimento da soberania nacional. A partir desta edição estaremos destacando artigos e notícias especiais sobre a Amazônia.

### Expediente

**AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás**  
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134  
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

**Presidente:** Heitor Manoel Pereira  
**Vice:** Diomedes Cesário da Silva

#### Diretoria

**Comunicações:** Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho  
**Administrativo:** Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes  
**Pessoal:** Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma  
**Cultural:** Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo  
**Jurídico:** Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

#### Conselho Fiscal

**Efetivos:** Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates  
**Suplentes:** Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

#### Núcleos

**Aepet-Bahia:** Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

#### Delegados

**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães  
**S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

#### Redação

**Jornalista Responsável:** José Carlos Moutinho (Mtb 24460)  
**Reportagem:** José C. Moutinho  
**Fotografia:** Alessandra Bandeira  
**Projeto Gráfico:** Marta P. Guimarães - magainter@globocom  
**Arte:** Alessandra Bandeira  
**Diagramação:** Alessandra Bandeira  
**Impressão:** Jornal do Comercio  
**Tiragem:** 21 mil exemplares  
**Correio Eletrônico:** aepet@aepet.org.br  
*Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte*

## COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal

### O MAIOR PATRIMÔNIO DE UMA EMPRESA



Se perguntarmos qual o maior patrimônio de uma empresa pode-se receber diversas respostas.

Uns dirão que é o capital investido na empresa, outros que são suas instalações e bens materiais. Outros, ainda, dirão que são os seus clientes, que compram seus produtos ou serviços.

Na verdade, o maior patrimônio de uma empresa são os seus empregados, pois são eles que dirigem, produzem, vendem e movimentam os produtos dessa instituição. São eles que detêm o conhecimento para produzir os bens ou serviços a serem disponibilizados pela empresa.

São eles que, tendo acumulado experiência nos trabalhos da empresa, possuem os conhecimentos para inovar e melhorar a eficiência do processo produtivo.

A perda de um empregado experiente e conhecedor das técnicas de produção e comercialização dos seus produtos resulta numa redução do patrimônio da empresa.

Quando essa perda é constante e se direciona para levar os empregados para empresas concorrentes, o prejuízo passa a ter características de catástrofe, pois o conhecimento técnico e a experiência do empregado irão ajudar

uma empresa a se tornar uma competidora mais eficiente.

A perda de bons empregados é uma resultante de uma política de Recursos Humanos mal feita e equivocada pois não dá o devido valor aos empregados da empresa nem lhes garante condições de trabalho apropriadas, nem estímulo para o progresso na carreira, nem ainda, um plano adequado e seguro para sua aposentadoria futura.

Isto é o que vem acontecendo com a Petrobrás, onde o êxodo de bons técnicos para empresas concorrentes tem se mostrado um fato que deveria merecer a maior atenção de sua administração.

Como a reposição de pessoal com experiência e conhecimentos técnicos é demorada, o patrimônio da Petrobrás vai-se reduzindo, seja pela saída de bons técnicos seja pela aposentadoria daqueles que estão há mais tempo na empresa.

Infelizmente, o que temos visto é a pior política de recursos humanos que a Petrobrás já teve em seus 55 anos de existência.

Planos de carreira equivocados, normas de progressão na carreira que dependem

muitas vezes da decisão discricionária de gerentes, ambiente de perseguição e coação de funcionários que não podem divergir da opinião de seus superiores, enfim, tudo o que pode levar os melhores técnicos a aceitar propostas tentadoras de empresas concorrentes.

Tal política de RH vem quebrando o espírito de união e de fidelidade à Petrobrás.

Para culminar, foi criado um famoso 'Código de Ética' que serve para os gerentes ameaçar os funcionários subalternos com a finalidade de torná-los dóceis aos seus desejos. No entanto, estes gerentes se eximem de cumprir os ditames de tal código.

Por estes motivos, inclusive as mudanças no Plano de aposentadoria da empresa, que era a viga mestra da política de RH da Petrobrás, vê-se a empresa a braços com uma perda consistente de bons técnicos.

O maior patrimônio da Petrobrás vem sendo reduzido paulatinamente.

#### Será proposital?

**Engº Pedro Carvalho**

Diretor de Assuntos de Pessoal



### ISENÇÃO TOTAL DE CARÊNCIA PARA FILHOS DE SÓCIOS QUE PERDERAM O DIREITO À AMS

#### A Aepet negociou com a Vectorial e a Unimed novas carências para o Plano UNIAEPET.

#### Entre estas ficou acertado que :

— Os filhos de qualquer idade que tenham perdido o direito ao uso da AMS, poderão entrar no plano UNIAEPET com isenção total de carências.

**Para adesão ao Plano é preciso que o pai ou a mãe do pretendente seja empregado ou aposentado do sistema Petrobrás e seja associado da AEPET.**

**Outras carências foram alteradas e passarão a ter validade para os meses de junho, julho e agosto. Vejam essas alterações no portal da AEPET ([www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)).**

**As inscrições já podem ser feitas a partir de agora pois são efetivas no início de junho. O prazo de cerca de 30 dias se deve ao processamento das inscrições.**

**Aproveitem logo esta oportunidade! Não deixem para o último dia do prazo!**

#### Telefones para informações:

Rio de Janeiro: 2158-0580

Outros estados: 0800247838



# Estranha Hierarquia

Olha aí a “dança dos dados estratégicos”, sobre os quais a AEPET não se cansa de chamar a atenção das autoridades. Um dos vários motivos para alteração da Lei 9478/97, é rever o artigo 22 no sentido de preservar os interesses nacionais e as informações estratégicas que a Petrobrás é obrigada a passar para a ANP. Fica a pergunta: Quem passou as informações para a revista estadunidense, antes mesmo da Petrobrás emitir seu parecer técnico sobre o potencial do campo? Uma pista: A revista “Carta Capital”, de 23/04, publicou um “fac-símile” da revista “World Oil”, na qual consta uma ilustração, de autoria da ANP, sobre setores da Bacia de Santos, em destaque os campos Carioca-Pão de Açúcar, Tupi, Júpiter, Parati, entre outros setores.

O diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, comete, então, um enorme deslize, sobretudo por se tratar de um membro do governo, como ele fez questão de ressaltar no ocorrido, para se defender das críticas de açodamento. E mais: como Diretor de uma Agência reguladora, ele não poderia passar informações confidenciais; muito menos, baseadas em especulações de uma revista estrangeira. Há uma regra da CVM, na divulgação de informações relevantes, que a Petrobrás tem que seguir para evitar especulações no mercado financeiro. Não é atribuição do diretor da ANP emití-las.

O prejuízo só não foi maior porque, no dia 17/04, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, e o diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella esclareceram à sociedade brasileira e ao mundo que a Petrobrás só confirmará a existência das reservas do campo Carioca-Pão de Açúcar após concluir seus estudos técnicos. **“Não adiantaremos nenhuma notícia que não seja absolutamente verdadeira. Indícios podem até existir, mas nós não trabalhamos com indícios, trabalhamos com fatos”, afirmou o ministro Lobão à imprensa.** O presidente da Petrobrás ressaltou a necessidade de manter a credibilidade da companhia, ao se referir à nota emitida pela estatal. **“A nota é clara e diz que estamos em processo de perfuração e não temos condições de determinar o volume de Carioca”.**

O que causa espécie é que o PCdoB, partido de Haroldo Lima, convidou um dos melhores parlamentares na atualidade, Sergio Miranda (sob os aspectos de ética, moral e competência), a se retirar do partido porque votou, de forma coerente com o programa do partido, contra a reforma da previdência. No entanto, Haroldo Lima, que deu uma guinada de 180° – passando de nacionalista a um dos mai-

ores entreguistas do País – é prestigiado pela cúpula do PCdoB. Estranha hierarquia.

**Falando sobre a Amazônia brasileira**, o Comandante Militar da Amazônia, General de Exército, Heleno Ribeiro Pereira, proferiu palestra no Clube Militar sobre a Amazônia, em especial as contendas na reserva Raposa-Serra do Sol. O general ressaltou que a atual política brasileira em relação à população indígena está “completamente dissociada do processo histórico de colonização do nosso País. Precisa ser revista com urgência. (...) É só ir lá ver as comunidades indígenas para ver que essa política é lamentável, para não dizer caótica”.

A Amazônia com seus cerca de 5,1 milhões de km<sup>2</sup>, aproximadamente 23 milhões de habitantes, dos quais 80% residem nas cidades, chama atenção pelo vazio demográfico. Nesse sentido, a política de retirar brasileiros da região, sobretudo da linha de fronteira, de separar populações que convivem por décadas, é preocupante.

Mas, infelizmente, o presidente Lula entendeu as declarações do general Heleno como insubordinação e pediu esclarecimentos. O Militar, na qualidade de autoridade militar daquela região, dividiu preocupações, com seus pares e com a sociedade brasileira, de questões de sua responsabilidade. Mas Lula não compreendeu o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, quando falou sobre o provável potencial do campo Carioca.

Por outro lado, o atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim – chefe do General Heleno – como relator da fracassada Revisão Constitucional de 1994 apresentou uma emenda que reduzia as 200 milhas do mar territorial brasileiro para apenas 6 milhas. O então senador Antonio Mariz esbravejou revoltado, em discurso no Senado, ao denunciar essa agressão à Soberania Nacional. A proposta foi execrada por todos. Em 2004, Nelson Jobim comandou, como presidente do STF, a derrubada da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que a AEPET apresentou, através do Governador Roberto Requião, para anular o artigo 26 da Lei do Petróleo (fruto do “lobby” internacional), que entrega o nosso petróleo para empresas estrangeiras, contrariando a Constituição e os artigos 3º e 21º da própria Lei do Petróleo.

Foi esse ministro Jobim quem teve a incumbência de advertir o general Heleno que, num ato patriótico, emitiu declarações corajosas e corretas contra a ameaça efetiva à integridade do nosso país. Além disto, o general foi advertido por um Governo que fez o Projeto de Lei que gerou a Lei das Florestas, que permite que se arrende 40 milhões de hectares

da Amazônia, por 40 anos, prorrogáveis. É mesmo muito estranha a hierarquia brasileira.

As mesmas preocupações já haviam sido externadas, em outras oportunidades, por ex-Comandantes da Amazônia, como, por exemplo, o General Luiz Gonzaga Schoederer Lessa, que, quando Comandante Militar do Leste, promoveu (fardado), em pleno Governo Fernando Henrique Cardoso, uma concorrida palestra na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O general Lessa não foi acusado de insubordinação.

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de liminar, evitou uma tragédia na Raposa Serra do Sol quando interrompeu o processo de retirada dos arrozeiros.

## Crônica do conflito

O pesquisador do CNPq, Carlos Ernesto Schaefer, no seu artigo “Crise na reserva indígena de Roraima era previsível”, publicada na “Revista Consultor Jurídico”, de 16/04/08, apresenta ponderações resultantes de seus 28 anos de trabalho no estado de Roraima, inclusive sobre a reserva Raposa Serra do Sol. Ele elaborou, entre 2003-2004, laudo para a Justiça Federal sobre a reserva. “Ignorando todo o trabalho da perícia realizada, e principalmente toda a gama de erros e contradições do laudo antropológico anterior que serviu de base à proposta de área contínua e tangido por pressões internacionais de origens variadas, decide-se o Ministério da Justiça dar o salto apressado da homologação da **Portaria 820/98** e demarcação, apresentando uma solução em área contínua que era, na minha opinião, o embrião de problemas futuros, todos antevistos pelo laudo”.

As questões petróleo e Amazônicas verde e azul, são tesouros de maior relevância estratégica nacional, constituem desafios para o Governo Federal, independentemente do presidente que esteja em exercício. Merecem um trato muito mais responsável e uma profunda discussão da equipe de Governo, com os especialistas, com as populações e debate franco e aberto com a sociedade brasileira. Urge, alterar a Lei 9478/97 e a Lei das Florestas, para, respectivamente, preservar a soberania brasileira sobre o nosso petróleo e a nossa Amazônia. O presidente Lula, infelizmente, não evitou disparidades no trato das referidas questões, tanto em relação ao diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, como ao Comandante da Amazônia, general Heleno. A visão hierárquica ficou estranha.

## LIVROS À VENDA



### O Despertar do Nativismo Brasileiro

**Tomo I - Século XVII**

Por: Edson Monteiro

**R\$ 24,00**

### O Despertar do Nativismo Brasileiro

**Tomo II - Século XVII**

Por: Edson Monteiro

**R\$ 25,00**



### O Poder SECRETO!

Por:

Armindo Abreu

**R\$ 66,00**



### Estudos Brasileiros

Por: Fernando Correa de Sá e Benevides

**Caderno 1:**

Responsabilidade do Intelectual no Cenário da Nova Ordem Mundial

**R\$ 10,00**

**Caderno 2:**

Por que as Forças Armadas?

**R\$ 10,00**





## PRÓXIMA EDIÇÃO ESPECIAL SOBRE AMAZÔNIA



# A ATUAL GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DA PETROBRÁS

## Sydney Reis

Ao que podemos afirmar, a atual gestão de Recursos Humanos da Petrobrás vem sendo gerida, precipuamente, para atender as disposições da *Lei Sarbanes-Oxley* (*Sarbanes-Oxley Act of 2002*), que é uma lei estadunidense também conhecida como a *Lei da Reforma da Contabilidade Pública de Empresas e de Proteção ao Acionista* (tradução livre).

A *Lei Sarbanes-Oxley* tem como finalidade proteger o investidor, monitorando-se as empresas que têm ações negociadas em bolsas norte-americanas, e sua "jurisdição" se aplica a todas as empresas que têm suas ações negociadas na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque), mesmo que suas sedes não sejam nos EUA, como é o caso da Petrobrás. A fiscalização do cumprimento da lei fica por conta da SEC (correspondente norte-americana à nossa CVM). Essas são as fortes razões que nos levam a crer do porquê a Petrobrás publicar dois balanços, sendo um deles em inglês, no qual notas

dos auditores independentes "explicam" detalhadamente as contas referentes aos gastos com pessoal, ai incluídos os desembolsos para a Petros.

Os compromissos da Petrobrás para com o Plano Petros-BD, especialmente a garantia de que os possíveis déficits serão de sua responsabilidade são interpretados pela *Lei Sarbanes-Oxley* como potencial de risco, o que impede que as ações da Petrobrás sejam incluídas na seleta categoria das empresas lucrativas, com boas perspectivas e completamente neoliberalizadas. Por isso, em nosso entendimento, as direções mais recentes da Petrobrás e da Petros vêm insistindo em migração e em repactuação, desde o governo FHC. Tudo é, em última análise, para ajustar plenamente a Petrobrás aos ditames da legislação norte-americana.

Para implementar esses objetivos, as direções mais recentes da Petros e da Petrobrás não têm medido esforços. Quer seja "construindo-se" déficits artificiais na Petros, quer concedendo

"estímulos" financeiros para atrair migrantes ou repactuações – conforme o nome de cada época – quer praticando coações em empregados, apenas para citar três exemplos.

Todavia, há uma resistência espontânea de boa parte dos aposentados e de uma parcela dos empregados em atividade na Petrobrás que não se deixam enganar com facilidade. Há também que se destacar o desempenho de alguns de nossos conselheiros na Petros, as ações de dirigentes de alguns sindicatos e de associações petroleiras, além da dedicação e da competência de advogados. Os resultados da resistência já são visíveis. As entidades petroleiras hoje estão alinhadas em dois grandes grupos, sendo que um deles é capitaneado pela FUP, que outrora, no governo FHC, compunha com os atuais integrantes da FNP (Frente Nacional dos Petroleiros) o outro grupo. A FNP surgiu pela necessidade de se constituir um novo agru-

pamento capaz de se contrapor à FUP, agora inteiramente apoiando as teses que antes rejeitava.

Uma Ação Civil Pública (ACP) interposta durante o governo FHC pela FUP e por diversos sindipetros, hoje, paradoxalmente, é o grande obstáculo à concretização da repactuação. Os argumentos na ACP estão muito bem dispostos graças à competência do Dr. Castagna Maia, à época advogado da FUP. Hoje, três sindipetros autores da ACP, sendo que dois são integrantes da FNP, se opõem à homologação da repactuação. O Dr. Castagna Maia, por não ter mudado de opinião, foi desconstituído pela FUP e hoje é o advogado que representa os sindipetros autores da ação e que são integrantes da FNP.

A seguir segue uma análise escrita pelo Dr. Maia sobre "A curiosa situação da Petros".

**Sydney Reis** - Diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET.



## A CURIOSA SITUAÇÃO DA PETROS

### Castagna Maia (advogado)

Conforme noticiado, a Seção de Dissídios Individuais do TST ratificou a extensão do aumento representado pelos níveis salariais da Petrobrás também aos inativos. Em outras palavras, a Petrobrás comprometeu-se, em alguns acordos coletivos, a dar uma promoção de nível para cada empregado. Até mesmo quem estava no último nível da carreira recebeu esse nível adicional. Só que esse aumento geral - foi, de fato, geral - não foi repassado aos aposentados e pensionistas, embora o regulamento preveja a aplicação dos mesmos índices para ativos e aposentados.

**II** - A Justiça do Trabalho entendeu que se tratava de reajuste geral, mascarado com outro nome. E estendeu esses valores aos aposentados.

**III** - Aí entra outra discussão. Petrobrás e Petros propuseram, há algum tempo, "repactuação" do Plano de Benefícios. Os aposentados que repactuassem passariam a ter suas aposentadorias corrigidas pelo IPCA, não mais pelo reajuste praticado ao pessoal da ativa. Ao mesmo tempo o regulamento era mudado: era fixada a "paridade contributiva" sobre um contrato anterior à Emenda Constitucional nº 20. Ocorre, no entanto, que há questão subjacente: também eventuais déficits seriam cobertos de forma paritária, o que não estava previsto no regulamento ao qual os participantes aderiram.

**IV** - Aqui começa uma situação curiosa: quem não repactuou receberá significativo reajuste dos níveis. E não tem previsão regulamentar de

pagamento de déficit. Quem repactuou terá apenas o IPCA, mas pode ter que ratear eventual déficit futuro.

**V** - Criou-se, portanto, uma situação completamente contraditória, para dizer o mínimo. Quem repactuar, e seguir a orientação da empresa, poderá participar de um rateio de um déficit sobre o qual não tem efetiva responsabilidade. E teve reajuste menor.

**VI** - Mas a situação ainda é mais contraditória: como pode um mesmo plano abrigar duas regras completamente diferentes, se as reservas são únicas? Como pode haver maior acesso de um contingente sobre as reservas do que o outro? Pode haver opção individual de acesso diferenciado às reservas coletivas, mutualistas?

**VII** - Essa questão é extremamente densa. Mas há longo tempo já havia escrito sobre isso: a possibilidade de uma situação esquizofrênica a partir da mudança individualizada de um contrato coletivo. Quem recorreu ao Judiciário provou que tinha razão em relação aos seus direitos, provou que se tratava, sim, de um reajuste salarial geral. E recorreu ao Judiciário justamente em virtude da defasagem das aposentadorias, fruto de políticas de pessoal que findaram lesando os aposentados.

**Fonte:**  
Blog Castagna Maia  
(<http://previdenciacomplementar.blog.ig.com.br/>)



# ENERGIA É SOBERANIA